



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011188-19.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **ELAINE CARLA DOS SANTOS OLIVEIRA**
Requerido: **LOJAS RIACHUELO S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter realizado compra junto à primeira ré, efetuando o pagamento em parcelas com utilização de cartão de crédito mantido junto às rés.

Alegou ainda que em seguida essa compra foi cancelada em tais moldes para que sua quitação se desse em dinheiro.

Salientou que mesmo assim passou a receber faturas com valores relativos àquela compra, já cancelada.

Os fatos constitutivos do direito da autora não restaram comprovados com a indispensável segurança.

Com efeito, de início é relevante assinalar que inexistiu indicação concreta de que a compra mencionada a fl. 01 foi efetivamente cancelada, depois de consumada.

De igual modo, nenhum pagamento em dinheiro decorrente dessa transação evidenciou-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Elementos materiais que poderiam auxiliar na compreensão do episódio noticiado foram objeto de referência no despacho de fl. 47, mas a autora deixou claro a fl. 51/52 que não os tinha consigo.

É certo que da mesma maneira o possível compromisso supostamente assumido pela ré para resolução do problema, com a restituição de R\$ 100,00 à autora, não contou com o apoio de um indício sequer a conferir-lhe verossimilhança (fls. 53 e 57).

Acresce-se a esse quadro o desinteresse da autora pelo alargamento da dilação probatória, mesmo ciente de que incumbia a ela a demonstração do que assentou em seu favor (fls. 58 e 63).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz à rejeição da postulação vestibular, porquanto nada foi produzido para levar à ideia de cobrança indevida implementada pela ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**